

DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE: O ENSINO NO ESTADO DO PIAUÍ (1889 - 1930)

From Tradition To Modernity: Education In The State Of Piauí (1889–1930)

Manoel Rodrigues Pachêco Júnior¹

Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Resumo

O presente artigo analisa a transformação do ensino no Piauí entre 1889 e 1930, evidenciando a passagem de um modelo doméstico e fragmentado para um sistema educacional institucionalizado. Aponta desafios como a precariedade das escolas, a escassez de professores qualificados e a evasão escolar. As reformas republicanas consolidaram medidas iniciadas no século XIX, estimulando a criação de escolas próprias, a padronização curricular e a formação docente, notadamente com a fundação da Escola Normal. O estudo ressalta o papel do Estado na modernização da instrução pública, ao mesmo tempo em que identifica limites impostos por uma moral patriarcal, que restringia a presença feminina no magistério, e por práticas excludentes que marginalizaram negros, indígenas e mulheres pobres. Assim, a análise revela um ensino em construção, marcado por avanços institucionais, mas também por profundas desigualdades sociais. A pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI).

Palavras-chave: Ensino. Reformas educacionais. Institucionalização. Magistério feminino. Exclusão social.

Abstract

The paper analyzes the transformation of education in Piauí between 1889 and 1930, highlighting the transition from a domestic and fragmented model to an institutionalized educational system. It highlights challenges such as the precariousness of schools, the shortage of qualified teachers and school dropout rates. Republican reforms consolidated measures initiated in the 19th century, encouraging the creation of own schools, curricular standardization and teacher training, notably with the founding of the Escola Normal. The study highlights the role of the State in modernizing public education, at the same time that it identifies limits imposed by patriarchal morality, which restricted the female presence in teaching, and by exclusionary practices that marginalized black, indigenous and poor women. Thus, the analysis reveals teaching under construction, marked by institutional advances, but also by profound social inequalities. The research was supported by the Piauí State Research Support Foundation (FAPEPI).

Keywords: Teaching. Educational reforms. Institutionalization. Female teaching. Social exclusion.

¹ Universidade Estadual do Piauí, Licenciatura plena em História, Coordenação do curso de História - CCHL. Formado em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, mestrando por meio do Programa de pós graduação em sociedade e cultura – PPGSC – UESPI. Pesquisa acerca dos sistemas de ensino piauienses em voga no século XIX, com foco no ensino familiar. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1699302536167512>; Email: manoeljunior@aluno.uespi.br; ORCID - 0009-0000-0676-2135.



1 Introdução

Educação, escola, ensino. Esses conceitos encontram-se intrinsecamente ligados em nossa presente sociedade ao ponto de serem vistos por muitos como termos afins ou sinônimos. No entanto, cada um dos conceitos mencionados possui significados e aplicações distintas, tanto na contemporaneidade e mais ainda na sociedade piauiense do final do século XIX e início do século XX. Uma vez que o ensino, como tomaremos nesse artigo, esteja ligado diretamente a ideia da transmissão direta de conteúdos e conhecimentos através de diretrizes curriculares e a educação, por outro lado, reflete o *modus vivende* dos grupos sociais atuantes no território.

Dessa forma, Brandão (1982, p.1) é feliz em afirmar: “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela.”. Através dessa afirmação Brandão ressalta que a educação está sempre presente no cotidiano de forma inerente e, por vezes, independente ou desconexa do processo formalizante de ensino.

Na realidade piauiense do final do século XIX o ensino na província encontrava-se em péssimas condições, uma realidade constante ao longo do século. Com diversos problemas estruturais, tais como: a falta de professorado capacitado, evasão escolar e a inexistência de locais adequados para o ensino. Nesta conjuntura, tanto o processo sistemático do ensino quanto a própria educação encontraram diversos desafios resultando em uma série de reformas cujo um dos principais focos fora a criação de prédios escolares.

É importante compreender que uma das críticas mais frequentes ao ensino girava em torno da falta de locais adequados. As escolas funcionavam, em sua maioria, na casa dos próprios professores que acabavam por ter que conciliar as atividades domésticas com as atividades letivas. Dessa forma o ensino primário era desprovido da estabilidade física proporcionada pela escola tanto quanto era desprovido de um símbolo que representasse aquele sistema educacional.

Carecendo então dessa estrutura física e simbólica da escola, o ensino piauiense caracterizava-se mais por uma série de modelos educacionais diversos atuantes entre si e marcados por uma intensa volatilidade. Nesse cenário é que o mestre-escola ganhou destaque por sua disposição a locomover-se ao longo do território e fornecer ensino básico as crianças pelo período em que fora contratado, sendo então um dos principais representantes do ensino no Piauí oitocentista.

Todavia, esse cenário viria a mudar gradativamente ao longo das últimas décadas do século XIX e início do século XX, onde diversas reformas implicavam em uma concentração do ensino em estabelecimentos próprios. Além de estabelecer mecanismos de padronização do ensino que iriam desde a capacitação do magistrado até a normatização da prática do ensino. Esse lento processo de unificação e oficialização viria a retirar os mestres ambulantes² do papel de figura central no processo de ensino piauiense que, até aquele presente momento encontrava-se difuso e disperso ao longo do território.

2 Reformas e Rupturas: O Século XIX e o Prelúdio da Escola Pública

Ao tratar do ensino na província do Piauí o que observa-se é uma dualidade entre a legislação acerca da implantação e manutenção do ensino e sua práxis. Um exemplo é a lei acerca da obrigatoriedade do ensino, sendo a primeira datada de 1845, segundo o qual:

Talvez fosse conveniente consignar nessa Lei a idea de constringer os Paes a mandar seus filhos ás escollas. Sujeitando a huma multa aquelles que o não fizerem sem justo motivo: a sociedade esta em seu direito e obrigando todo cidadão a instruir se. No que poem em pratica huma grande medida de policia. Pois a ignorancia he meio caminho para o crime. (Piauí, 1845)

No entanto, apesar da criação e formalização de uma lei tornando obrigatório a aderência de jovens e crianças ao ensino, em 1846 haviam, entre crianças do sexo masculino e femininos, somente 437 alunos matriculados. já em 1855, isto é, 10 anos

² “Existia no sertão oitocentista, duas maneiras de exercer o ofício de mestre-escola. O mestre de cátedra erradia, mestre ambulante que vagava pelos centros mais populosos do Piauí em busca de sua clientela. O mestre de cátedra cativa que recebia seus alunos, sem ter que se deslocar de sua residência.”(Vieira; Carvalho, 2018, p.418)

após a criação da lei, foram registrados somente 1089 alunos matriculados. Esse aumento ínfimo comparado ao intervalo de tempo desde o surgimento da lei e a soma total da população demonstram uma clara falta de aplicação e resultados da legislação.

O cenário de estagnação do ensino em contraste com o frequente debate político e formalização das leis demonstram um cenário de incongruência entre a legislação e reformas políticas em torno do ensino e seu desenvolvimento prático. No entanto, é perceptível o surgimento de tentativas de reformas no ensino durante o século XIX. Dentre estes, destacam-se uma série de reformas e movimentos ocorridos em 1873 que, juntos, podem ser encarados como o prelúdio de uma reforma educacional propriamente dita.

O referente ano contou com a inauguração de diversos estabelecimentos, tais como a companhia de aprendizes marinheiros criada em junho de 1873 pelo decreto 5309³ voltada para crianças de 10 a 17 anos que aprenderiam a ler, escrever, contar, riscar mapas e a Doutrina Cristã.⁴ Em seguida foi criado também o Internato Artístico no mês de agosto do mesmo ano por meio da L.P nº 824 destinado à educação de meninos órfãos e desvalidos, substituindo a escola de artífices, extinto do mesmo ano. No mês seguinte por meio do decreto nº 5.292 de 10 de setembro de 1873 criou-se o Estabelecimento Rural de S. Pedro de Alcântara.

Todos esses estabelecimentos com públicos e propostas aparentemente distintas funcionam sob uma mesma demanda: Desenvolver métodos para utilização de jovens e crianças como mão de obra em um momento onde os escravizados estavam, de forma lenta e gradual, sendo libertos. Como bem referência Costa, (2010) segundo o qual, “Os alunos do Internato Artístico recebiam educação correspondente à sua posição social.”. Demonstrando assim a continuação do projeto educacional da escola de educandos e artífices, isto é, preencher as lacunas na base do sistema

³ Costa, 2010, p.403.

⁴ Apesar da proposta e da insistência no projeto por parte das autoridades locais, observa-se uma pouca aderência. É frequente a menção ao fato da companhia não conseguir alcançar a quantidade prevista de alunos, em especial o relatório de presidência da província referente ao ano de 1877 que menciona o baixo índice de matriculados e especifica que, dos alunos integrantes, somente uma parcela ingressou voluntariamente. Outros tantos eram oferecidos por seus pais e tutores e outros ainda levados pelas autoridades.

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International



social piauiense com foco nas zonas urbanas, proposta não muito distinta foi a da companhia de aprendizes marinheiros.

Merece especial destaque o Estabelecimento Rural de S. Pedro de Alcântara que objetivava, sob pretexto do ensino de novas técnicas de agricultura e pecuária, a perpetuação do sistema de exploração da mão de obra recém liberta. Essa intenção tornasse clara quando, no próprio discurso em prol da inauguração do estabelecimento, E referenciada a libertação de 714 escravizados no mesmo ano⁵, bem como a urgência da formalização desse projeto, posto que, ainda poderiam utilizar-se dessa mão de obra pelo prazo de 5 anos.

Todo esse esforço empregado na criação dessas instituições demonstra uma clara preocupação com a manutenção da estrutura social por parte das elites piauienses que tanto se beneficia desse status quo. No entanto, havia também preocupações a respeito da institucionalização e democratização da instrução pública. O relatório da presidência da província em divulgado em 1873 anexa um quadro demonstrativo da receita e despesa do estabelecimento de educandos referente ao período de 1859 à 1872. Segundo consta:

Quadro demonstrativo da receita e despesa do estabelecimento de educandos dos anos de 1859 à 1872

ANNOS	RECEITA	DESPEZA
1859 - 1860	4:965\$813	5:691\$544
1860-1861	3:371\$100	14:413\$265
1861 - 1862	1:909\$948	12:523\$956
1862 1863	6:649\$779	16:352\$299
1863 - 1864	8:315\$011	18:362\$911
1864 - 1865	7:836\$781	18:768\$697
1865 - 1866	14:280\$682	22:888\$340

⁵ Costa,2010, p.408.

1866 - 1867	6:426\$901	18:451\$948
1867 - 1868	5:844\$633	24:294\$497
1868 - 1869	4:555\$290	23:735\$015
1869 - 1870	7:501\$523	24:699\$026
1870 - 1871	9:409\$693	17:600\$211
1871 - 1872	6:394\$177	25:638\$371
TOTAL	87:461\$361	243:399\$120

Fonte: Contadoria do Tesouro Provincial do Piauí, 30 de maio de 1873. O contador, J.E.S. Anna.

O quadro em questão demonstra um latente desequilíbrio estrutural, visto que, a receita total corresponde a cerca de 36% das despesas totais, demonstrando então que a instituição dependia fortemente de subsídios internos. No mesmo relatório o Vice Presidente da província calcula que, nos vinte e cinco anos de funcionamento do estabelecimento de educandos e artífices, haveria um grande saldo contra a província, visto que, a formação de cada educando teria custado por volta de 3:677\$ reis e questiona o retorno empregado no cenário interno da província. Demonstrando assim, mais uma vez, o caráter utilitarista do estabelecimento de educandos.

A insatisfação com o retorno financeiro do estabelecimento de educandos e artífices fez com que o Estado voltasse também para a instrução primária. o Relator segue questionando,

Em vista disto, não parece que esses duzentos e setenta e cinco contos de reis que a província gastou, na capital, preparando voluntários para o exercito, terião sido mais bem empregados nos melhoramentos das escolas publicas, e no fornecimento de papel e livros à centenas de orphãos pobres, que vivem ahi pelo centro da provincia sem recursos para frequentarem as escolas? Não terião sido mais bem applicados esses contos de reis na construcção de casas apropriadas ás escolas da provincia, que funcção todas em acantadas salas? (Piauí, 1873)

Analisando a presente fala do vice-presidente da província torna-se perceptível a preocupação ou ao menos o reconhecimento dos problemas estruturais enfrentados pelo ensino na província, bem como a necessidade urgente de reformas educacionais visando uma melhor formação básica da sociedade em um amplo espectro. Essa preocupação pode ser percebida por meio de uma série de medidas adotada, se não a prática ao menos no corpo da lei durante os meses de setembro e outubro.

Essas medidas incluíam: A destinação de uma quantia anual para o fardamento de alunos pobres, a divisão da escola primária em dois graus com matérias distintas e padronizadas, obrigatoriedade do ensino, fornecimento de materiais e livros, bem como o fim de castigos físicos. Muitas dessas medidas não eram inéditas, como é o caso da obrigatoriedade do ensino. No entanto, essa série de observações legais, justamente com o surgimento de diversas instituições tanto no ano corrente como nos anos anteriores ⁶ dão luz a uma preocupação crescente com o estado em que se encontrava a instrução pública na província e uma perceptível tentativa de institucionalização e padronização da mesma.

Essa atenção à padronização e institucionalização do ensino não logrou êxito imediato na província, mas serviu de base para as reformas seguintes que apresentaram, reivindicações e projetos levantados durante o ano de 1873 e menos frequentemente ao longo de todo o período provincial como a retomada da obrigatoriedade do ensino e o investimento na criação de uma escola normal destinada ao preparo do magistério primário recriada em 1910. ⁷

3 Mestres e Memórias: A Formação Docente e o Fim do Ensino Familiar

Ao abordar a trajetória da educação piauiense no final do século XIX e início do século XX, uma fonte indispensável é a obra *A Instrução Pública no Piauí*,

⁶ Nos anos de 1871 e 1880 são criadas escolas noturnas na cidade de Teresina, demonstrando assim uma preocupação com a alfabetização da população jovem e adulta. o entanto, em ambos os casos as escolas acabaram por fechar devido à falta de alunos.

⁷ Sociedade Auxiliadora da Instrução. *A Instrução Pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International



publicada em 1922 pela Sociedade Auxiliadora da Instrução e impressa pela Papelaria Piauiense, em Teresina. Esse livro, concebido em um contexto de reformas educacionais e de esforços de modernização institucional, constitui um verdadeiro marco documental sobre a situação da instrução pública no estado.

O livro divide-se em duas grandes partes. A primeira reúne documentos oficiais e reflexões críticas sobre a reforma da instrução pública empreendida pelo governo de João Luiz Ferreira. Já a segunda parte concentra-se em análises históricas e diagnósticos elaborados por intelectuais da época, como Anísio de Brito Melo, Matias Olympio e Pedro Borges da Silva, cada qual responsável por capítulos que tratam de aspectos específicos do ensino.

Um dos pontos mais significativos da obra encontra-se no apêndice, que reúne dados estatísticos sobre matrícula, relação de professores e instituições em funcionamento no estado. Esse material, além de oferecer um retrato quantitativo da rede escolar, atesta a tentativa de consolidar uma burocracia educacional capaz de organizar, fiscalizar e expandir o ensino público.

Do ponto de vista historiográfico, A Instrução Pública no Piauí revela a passagem de um modelo de ensino predominantemente familiar e doméstico, marcado pela ausência de sistematização, para uma educação institucionalizada, sob responsabilidade do Estado, com regulamentação própria, professores formados e currículos definidos. O livro, portanto, é testemunho de um processo de transição cultural, política e pedagógica que marca o Piauí das primeiras décadas republicanas.

Utilizar essa obra como fonte é, portanto, compreender não apenas as ideias educacionais da elite letrada piauiense de 1922, mas também os esforços de legitimação do Estado como agente regulador da instrução. Em suas páginas encontramos tanto a memória de um passado marcado por um ensino difuso e muitas vezes distante da maior parte da população quanto as propostas de modernização que procuravam inserir o Piauí na dinâmica nacional de reformas educacionais.

Dessa forma, A Instrução Pública no Piauí não apenas documenta a história da instrução pública estadual, mas também oferece pistas sobre os sentidos atribuídos à educação no projeto republicano piauiense, sendo, portanto, uma fonte

indispensável para compreender a transição educacional do final do século XIX às primeiras décadas do século XX.

No entanto, como toda fonte, A Instrução Pública no Piauí carrega limites que precisam ser cuidadosamente considerados. Produzida por uma instituição formada por intelectuais e políticos da elite local, a obra expressa uma visão marcadamente elitista, na qual as vozes das camadas populares, dos professores do interior e, sobretudo, dos alunos permanecem ausentes.

Também se observa o silêncio em relação à educação de negros, indígenas e mulheres pobres, grupos quase totalmente excluídos do sistema escolar da época. Além disso, a obra tem caráter fortemente prescritivo: mais do que descrever práticas cotidianas, formula projetos ideais de educação, nem sempre compatíveis com a realidade concreta das escolas, ainda escassas, precárias e com professores mal remunerados, sendo então necessário a contextualização e interpretação cuidadosa da mesma enquanto fonte histórica.

Voltando-se então para a os aspectos levantados na obra, um dos principais pontos a serem destacados é a criação da escola normal livre, fundada por iniciativa da sociedade auxiliadora da instrução pública em 1908 voltada para a formação do magistério primário.⁸ Esse estabelecimento funcionou por dois anos, até que veio a ser assumido pelo Governo do estado, tendo então seu nome alterado para Escola Normal Oficial. A partir de então a escola normal passou por diversas reformas internas em sua grade curricular e modelos de ensino adotadas.

Uma das primeiras mudanças foi a retirada de disciplinas exclusivamente ligadas ao Piauí como chorographia do Brasil e do Piauí (Sociedade Auxiliadora Da Instrução, 1922, p.13.) em detrimento de disciplinas pertencentes ao currículo europeu como ginástica sueca e italiano. A esse respeito destaca-se que,

A elaboração de normas e reformas difíceis de serem colocadas em prática tanto nas escolas da capital piauiense como nas escolas do interior, era consequência da proliferação, então existente no Brasil, de ideias importadas

⁸ “É certo que na antiga província foi creada pela Resolução numero 565, de 5 de agosto de 1864, uma Escola Normal, cujos fructos foram apoucados, pois era a mesma logo extincta pela Resolução numero 599, de 9 de outubro de 1867.” (Sociedade Auxiliadora Da Instrução, 1922, p.12.)



de outros países cuja estrutura educacional era diferente daquela por aqui desenvolvida. (Vieira; Carvalho, 2018, p.417)

A obra A instrução pública do Piauí demonstra esse movimento tanto nos argumentos utilizados pelos próprios autores quanto pela legislação abordada, posto que, em ambos os casos frequentemente utilizam-se como argumento basilar uma relação comparativa entre a realidade educacional de diversos países da Europa ou dos EUA, sem considerar as diferenças socioculturais e históricas com a realidade piauiense.

Nos anos seguintes à sua fundação, a Escola Normal passou por sucessivas reformas, cada uma refletindo tanto as mudanças pedagógicas em curso no Brasil quanto as especificidades políticas locais. Reformas curriculares buscaram ampliar ou adaptar os conteúdos, ora reforçando a dimensão enciclopédica, ora privilegiando a prática pedagógica; reformas administrativas tentaram corrigir deficiências estruturais, como a falta de professores especializados e a instabilidade no corpo docente

A respeito dessas mudanças, vale destacar que elas não acabaram com a direção do Governo Estadual em 1910. Houveram ainda diversas reformas em 1911, 1916, 1917, 1918 e outras mais. Durante todas essas reformas diversos aspectos da organização e administração foram sofrendo alterações de modo a romper muitas vezes com o que havia sido proposto em reformas anteriores, como é o caso da lei nº 868 de 24 de junho de 1916 que veio a suprimir diversas disciplinas que haviam sido acrescentadas a grade curricular pela lei nº 642 de 1911, como arboricultura, horticultura e economia rural⁹.

Seu público era restrito, majoritariamente formado por jovens das camadas médias urbanas, o que reforçava a exclusão de vastos setores da população, sobretudo os homens pobres e livres, negros e indígenas, do acesso a uma formação docente formal. Além disso, sua ênfase na reprodução de modelos importados de outras regiões do país ou da Europa nem sempre dialogava com as necessidades concretas do ensino nas localidades mais afastadas. Ainda assim, sua existência

⁹Sociedade Auxiliadora Da Instrução (1922, p.13.)

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International



pavimentou o caminho para a profissionalização do magistério e para a constituição de uma cultura escolar mais sistemática e estável no Piauí.

Ao mesmo tempo que as reformas educacionais dos primeiros anos da república formulavam e reformulavam a mecânica de ensino da escola normal oficial, também voltaram-se para diversos aspectos da formalização e aplicação prática da instrução pública que viriam a mudar permanentemente a dinâmica de ensino no estado. Um dos focos iniciais são os critérios de escolha para a composição do corpo docente que viria a atuar na educação básica do Estado.

faz-se necessário contextualizar que, até o fim do século XIX o magistério era composto majoritariamente por homens nem sempre ligados a instrução pública, visto que, o caráter fragmentado do ensino no decorrer do século fez com que o principal representante do ensino fossem os mestre itinerantes que, por sua vez, eram em sua grande maioria homens que se moviam de localidade a localidade e eram contratados por fazendeiros ou então recebiam alunos em suas próprias casas.

No entanto, a partir de 1910 cresce a menção ao professorado exclusivamente feminino. Inicialmente essa intenção é percebida em tom de queixa às professoras que não se dedicavam exclusivamente ao magistério, segundo o Relatório da Comissão nomeada pelo Governo em 28 de julho de 1921,

As escolas regidas por normalistas, segundo dados existentes na Secretaria de Estado do Governo, nem sempre accusam aumento de matrícula, o que demonstra desamor á profissão. Aliás, presente-se que a maioria das nossas professoras não tem entusiasmo pela carreira que abraçou. Abandonam a escola por preguiça ou para se entregarem aos misteres do lar. Dahi a vantagem de não serem ellas casadas (Sociedade Auxiliadora Da Instrução, 1922, p.19)

O relatório governamental relaciona o baixo contingente de alunos matriculados a uma suposta preguiça e desamor das professoras que não se dedicam exclusivamente ao magistério¹⁰ e ignora os diversos problemas estruturais que afligiam a instrução pública, como o fato de que muitas escolas funcionam na

¹⁰ Mais a frente no mesmo relatório o autor afirma que o magistério deve ser comparado á um sacerdócio e que as mulheres dedicadas a ele não devem voltar atenção para mais nada e, portanto, não devem ter família ou outras distrações.

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International



residência dessas professoras. Desse modo o relator transfere a culpa do baixo contingente de alunos dos diversos problemas estruturais e transfere ao matrimônio feminino.

O texto segue argumentando a esse respeito evocando características de outros países afirmando, no caso dos EUA que “O ensino está exclusivamente nas mãos das mulheres, e ainda com uma circunstância muito especial, que é a seguinte: a professora não pode ser casada.” (Sociedade Auxiliadora Da Instrução, 1922, p.19). Essa insistência no magistério feminino ganha força através de diversos decretos sancionados durante esse período que tinham por foco a reforma e regulação do ensino público no Estado.

Um dos marcos iniciais dessa reforma foi Decreto nº 771 de 1921. Dentro de presente decreto destacam-se os artigos 22 e 25. O Art. 22 afirma que as cadeiras de instrução pública não poderiam ser providas por mulheres menores de 18 anos de idade e os homens menores de 20 ou por mulheres casadas. De modo complementar o Art. 25 decreta que a professora que vier a se casar perderá o cargo do magistério público. Essas medidas, como observa-se entraram em vigor com o objetivo de abrir caminho para um “magistério sacerdotal” por assim dizer.¹¹

Essa normativa revela uma política pública que, ao mesmo tempo em que se pretendia moderna e progressista, refletia as tensões e contradições da moral patriarcal vigente, que limitava a autonomia feminina e definia o lugar social da mulher professora em termos tão restritos quanto antigos. O “magistério sacerdotal” idealizado buscava transformar a mulher em um símbolo de altruísmo e abnegação, mas em contrapartida negava-lhe o direito básico à vida pessoal e à constituição de uma família, impondo condições de exclusão social veladas.

Assim, o magistério feminino no Piauí durante as primeiras décadas republicanas é um campo privilegiado para o entendimento do entrelaçamento entre educação, gênero e poder. Ao legitimar a presença feminina na escola, o Estado

¹¹ Anísio Brito confirma essa teoria ao afirmar posteriormente: “Assim, a Escola, em virtude do parágrafo único do art. 184 do Reg. Geral, destina-se, provisoriamente (deveria ser efectivamente) à frequência feminina, entregando o Estado, o magisterio primario à mulher,” (Sociedade Auxiliadora Da Instrução, 1922, p.61)

impôs codificações que, paradoxalmente, tanto ampliaram o acesso das mulheres às profissões públicas quanto restringiam severamente sua liberdade pessoal. Essas medidas refletiram projetos de moralização social e controle das subjetividades femininas, elementos estruturantes da modernização educacional e da construção do sistema público estadual.

4 Tijolos, Sonhos e Lousas: A Construção das Primeiras Escolas Públicas

Ainda a respeito dos aspectos que teriam levado a ineficiência do ensino, o Relatório da comissão nomeada pelo Governo em 1921 ao Governador João Luiz Ferreira traz uma lista de fatores que teriam levado a decadência do ensino, segundo o relatório:

Como causa dessa decadência, em geral, apontamos.

1) Inobservância dos dispositivos do Regulamento, donde;

a) faltas na sua direção;

b) ausência de fiscalização;

c) impreparo técnico de grande parte do professorado;

d) falta de formação de espírito profissional do professorado.

II) Falta de prédios para funcionamento das escolas e de material escolar.

III) Intromissão indevida de interesses estranhos à instrução na escolha de elementos por ella responsáveis. (Sociedade Auxiliadora Da Instrução, 1922, p.18)

A esse respeito destacaremos o tópico II que trata da falta de prédios escolares e de material adequado. É preciso contextualizar que as críticas as escolas e seu estado paupérrimo não eram uma novidade, o que faz-se novidade nesse contexto é a menção a necessidade de prédios escolares propriamente ditos, isto porque o ensino encontrava-se até o presente momento, em um estado de total dispersão ao longo do território.

Ainda durante as primeiras décadas do século XX vigorava o entendimento estabelecido na lei 198 de 6 de outubro de 1845, segundo o qual “Qualquer indivíduo pode, com licença do diretor, abrir aula particular a qual serão aplicáveis as disposições dessa lei” (Azevedo [sd] p.249-250). Através dessa medida o Governo Provincial visava retirar de si parte da responsabilidade sobre a manutenção do ensino no Piauí, no entanto a ação resultou em um ensino não padronizado e de baixo

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International



rendimento uma vez que os índices de analfabetismo mantiveram-se constantemente alto ao longo do século¹².

Esses números podem ser compreendidos através de uma série de circunstâncias, dentre elas a falta de prédios escolares próprios para o magistério, uma vez que até o presente momento o ensino funcionava na casa dos próprios professores ou então, com menos frequência, em casas alugadas. Essas instalações eram de péssima qualidade, de modo que não comportavam uma quantidade significativa de alunos além de oferecer péssimas condições para o aprendizado.

Nessas circunstâncias onde os professores(as) muitas vezes eram forçados a divergir o tempo do magistério com os afazeres domésticos e trabalhos paralelos a fim de complementar a renda, visto que, era dó próprio ordenado que mantinham as escolas¹³ resultara em um grande desinteresse por parte da população geral e um constante movimento de evasão escolar. A partir desse cenário é que surge, em meados de 1920 o interesse por um elemento que unificaria e daria um caráter simbólico e ideológico ao ensino público. O prédio escolar entra então como uma resposta a necessidade desse símbolo.

O surgimento dos prédios escolares no Piauí, nas primeiras décadas do século XX, representou um marco decisivo no processo de institucionalização da educação pública, revelando tanto a materialização de políticas educacionais quanto a dimensão simbólica da presença do Estado no território. A esse respeito o relatório Governamental de Julho de 1921 afirma: “A escola, aliás, como repartição pública que é, deve funcionar em predio proprio e onde o professor compareça apenas durante o horario regulamentar. Assim terá a sua atenção exclusivamente presa ao ensino. (Sociedade auxiliadora da instrução, 1922).”

A crítica constante, já registrada em relatórios oficiais como o de 1921, de que a falta de edifícios próprios prejudicava o ensino, ilustra a percepção de que a escola não poderia permanecer em espaços improvisados, como casas alugadas ou

¹² Em 1921 o índice de analfabetismo a capital chegara a 83% (Sociedade Auxiliadora Da Instrução, 1922, p.17)

¹³ Entende-se aqui o conceito de escola como local de ensino, e não como prédio escolar propriamente dito.

residências de professores, sem comprometer sua legitimidade e eficácia pedagógica. Nesse sentido, o prédio escolar assumiu um duplo papel.

De um lado, conferiu visibilidade ao Estado republicano, que buscava afirmar-se como promotor do progresso e da cidadania. De outro, ofereceu condições mínimas de padronização do espaço escolar, possibilitando a fiscalização, a organização do tempo-escola e a adequação às novas concepções higienistas e pedagógicas que atravessavam o debate nacional. Como observa-se, a legislação educacional do período no Piauí enfatizava não apenas currículos e regulamentos, mas também a necessidade de edifícios próprios, que deveriam ser compreendidos como símbolos de modernização e como espaços reguladores da vida escolar.

Além do valor simbólico, os prédios escolares inauguraram uma nova materialidade para o ensino. A partir deles foi possível planejar salas de aula com ventilação, iluminação e disposição espacial mais adequadas, ainda que em muitos casos tais padrões não fossem plenamente atingidos. Esse aspecto dialoga com a difusão de ideias recorrentes no início do período republicano, que defendiam que a saúde, a moralidade e a disciplina dos alunos estariam associadas às condições físicas do ambiente escolar (Ferreira, 2023, p.17). Assim, o prédio deixou de ser apenas uma construção utilitária, passando a ser parte integrante do projeto pedagógico e de disciplinarização da infância

Do ponto de vista político e administrativo, a edificação de escolas representou a territorialização do Estado, sobretudo em um contexto em que o ensino se encontrava disperso e fragmentado. No Piauí, até as primeiras décadas do século XX, a instrução funcionava majoritariamente em espaços privados, marcados pela precariedade e pela sobreposição entre vida doméstica e atividade docente. Ao instituir prédios próprios, o governo estabeleceu um parâmetro de permanência e padronização, reforçando a ideia de que a instrução pública deveria ser responsabilidade estatal e não apenas fruto de iniciativas individuais ou comunitárias (Costa Filho, 2021, p.7).

Essa centralização também se refletiu na elaboração de programas e regulamentos que buscavam normatizar a prática pedagógica. No entanto, o avanço não se deu sem tensões: a escassez de verbas, a concentração de investimentos em

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International





áreas urbanas como Teresina, a carência de professores qualificados e a dificuldade de manutenção das construções limitaram o alcance dessa política. Muitos prédios escolares, embora erguidos com intuito de modernização, careciam de equipamentos, mobiliário e continuidade administrativa, revelando o descompasso entre o projeto idealizado e sua execução prática.

Apesar dessas limitações, é inegável que a consolidação de prédios escolares no Piauí teve impacto relevante sobre a percepção social da escola. O edifício escolar tornou-se um ponto de referência na paisagem urbana e rural, funcionando como espaço de socialização e de afirmação do papel do Estado na vida cotidiana. Mais do que abrigar aulas, as escolas passaram a ser entendidas como lugares de formação da cidadania e de transmissão de valores republicanos. Assim, a construção dos primeiros prédios escolares não apenas reorganizou o ensino, mas também contribuiu para a constituição de uma cultura escolar pública, marcada pela articulação entre espaço, pedagogia e política.

Em síntese, o surgimento dos prédios escolares no início do século XX no Piauí deve ser interpretado como parte de um processo mais amplo de modernização do ensino e de afirmação do poder público no campo da instrução. Eles simbolizaram o esforço de superar a dispersão e precariedade que caracterizavam o ensino até então, incorporando novos ideais pedagógicos e higienistas, ao mesmo tempo em que expressavam o desejo de um Estado que buscava se consolidar como agente formador de cidadãos. A escola, assim, deixou de ser apenas uma prática social difusa e tornou-se também um espaço institucionalizado, com muros, paredes e identidade própria.

5 Considerações finais

Ao longo do artigo buscou-se compreender a relação entre educação, escola e ensino partindo do pressuposto que, apesar de serem comumente referenciados como termos afins, tratam-se de mecanismos distintos. ao longo da presente pesquisa observou-se que o ensino enquanto projeto político sistematizado foi deixado de lado durante todo o século XIX, resultando em um movimento que mais se assemelha à

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International





um compilado de modelos educacionais dispersos do que a um sistema de ensino propriamente dito.

A análise do processo de institucionalização do ensino no Piauí, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, evidencia um movimento lento, fragmentado e permeado por tensões estruturais, sociais e culturais. O estudo mostra que a modernização educacional não se deu de forma linear ou homogênea, mas esteve marcada por avanços legislativos e simbólicos contrastando com a persistência da precariedade material, da evasão escolar e da exclusão de vastos setores sociais, além de uma evidente falta de símbolos que unificasse e representassem o ensino na região.

O fim dessa fragmentação teve início a partir da criação de prédios escolares, esses prédios funcionam tanto como elementos facilitadores da prática docente ao centralizar o ensino e distanciar do ambiente doméstico dos professores que, a partir de então poderiam manter sua rotina pessoal e profissional em ambientes distintos. Mas também como símbolo de centralização do magistério que, a partir das reformas ocorridas na primeira metade do século XX estariam sobre gerência direta do estado. Essa centralidade trouxe uma nova roupagem para a educação no Estado.

No entanto, a criação de escolas normais e a construção dos primeiros prédios escolares, embora representassem marcos de ruptura em relação ao modelo difuso e doméstico do magistério oitocentista, não foram suficientes para democratizar efetivamente o acesso à educação. Ao contrário, confirmaram a centralidade do Estado como regulador e propagador de valores republicanos, mas também como agente mantenedor das desigualdades. A ênfase em modelos pedagógicos europeus e norte-americanos, frequentemente dissociados da realidade local, ilustra a distância entre projetos normativos e práticas concretas.

No campo do magistério feminino, observa-se a ambiguidade típica de uma modernização conservadora: ao mesmo tempo que abriu às mulheres novas possibilidades profissionais, o Estado reforçou mecanismos de controle patriarcal que cerceavam sua autonomia pessoal e restringiam o exercício pleno da docência. A imposição de códigos morais, como a proibição do casamento para professoras,





revela como a educação foi também um espaço de disciplinamento dos corpos e das subjetividades, reafirmando hierarquias de gênero.

Em síntese, a transição “da tradição à modernidade” no ensino piauiense não deve ser entendida apenas como um processo de progresso institucional, mas como um campo de disputas onde se entrelaçaram projetos de modernização estatal, interesses das elites locais e resistências sociais. Mais do que formar cidadãos em sentido amplo, a instrução pública nesse período serviu como mecanismo de integração seletiva, privilegiando determinados grupos e excluindo sistematicamente negros, indígenas e mulheres pobres. Trata-se, portanto, de um processo de modernização incompleta, que revela as contradições entre o discurso oficial de civilização e a persistência das desigualdades estruturais que marcaram o ensino no Piauí entre 1889 e 1930.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. **A Instrução e as Províncias**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, s.d. (Biblioteca Pedagógica Brasileira; vol. 1-4).

COSTA FILHO, Alcebíades. **Os caminhos da história da educação no Piauí. Educação & Formação**. v. 6, n. 1, p. 1-18, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

FERREIRA, Francisco. **Educar para formar cidadãos: educação nas primeiras décadas do século XX no Piauí**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

MARQUES, Estela; OLIVEIRA, Thiago. **Educação, ensino e docência: reflexões e perspectivas**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 3, pág. 189-211, set./dez. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index> . Acesso em: 29 conjuntos. 2025.

SILVA, Raimundo Nonato; LIMA, Maria Auxiliadora; SANTOS, Lúcia de Fátima. **A expansão da escola primária no Piauí (1930-1961): legislação e políticas públicas**. In: X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Curitiba: Champagnat, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/596>

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauíense, 1922.

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International





SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. **Relatório da comissão nomeada pelo Governo em 1921 ao Governador João Luiz Ferreira.** Teresina: Typ. do Estado, 1922.

VIEIRA, Maria Alveni Barros; CARVALHO, Thatianny Jasmine Castro Martins de. **Os mestres-escolas e as tiranias do tempo.** In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 17., 2018, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018. p. 415-425.

e-ISSN: 3085-8666

© 2024 by Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS is licensed under Creative Commons Attribution 4.0 International

